

VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo
III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo

Mercados Contestados – As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei
24, 25 e 26 de setembro de 2014
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio)

**Farda e FEM: notas preliminares sobre mulheres policiais e sua práticas de
consumo**

Thaís Chaves Ferraz¹
Jéssica Celina Fernandes Farnezi²
Nubia Silva dos Santos³

Resumo

“FEM”, uma regressão do adjetivo “feminino”, é uma especificação atribuída, inclusive em documentações, à mulher que integra a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Algumas rejeitam esse epíteto, outras o adotam e o inserem no linguajar cotidiano. Assim, seja em relação a essa designação, à farda e a outros símbolos e práticas que comunicam seu pertencimento à corporação, a mulher policial balanceia tais elementos com sua própria percepção de feminilidade. Muito desse ideário está ligado ao uso e aquisição de produtos, como cosméticos, busca por serviços, como os chamados “de beleza”, e atenção dada à forma física. Esse ambiente de atuação profissional carrega nas tintas da divisão do trabalho. Para os homens está reservado o militarismo prático e estratégico, para elas, funções operacionais menores.

Na construção deste artigo foram entrevistadas 16 mulheres policiais, com diferentes anos de carreira na Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro (PMERJ), patentes e idades. O intuito deste artigo foi investigar como são práticas e hábitos ligados ao “consumo da beleza” ou “da vaidade” das “FEM”. Ainda, pretendeu-se pesquisar como, em relação a determinadas aquisições e usos, essas mulheres se percebem, colocando em perspectiva um ambiente militarizado e hierarquizador. Pretende-se, aqui, abordar também a ligação que essa atuação tem com os cotidianos “extrapolícia” dessas interlocutoras e com as relações com outras “colegas de farda”.

Palavras-chave: Polícia; PMERJ; consumo; beleza; mulher; gênero

¹ Mestranda em Antropologia pelo PPGA-UFF; thaiscfk@yahoo.com.br

² Pós-graduanda em Pesquisa de Mercado pela UERJ; jessik_nha@hotmail.com

³ Cientista Social pela PUC-Rio; santos.nubia@uol.com.br

Farda e FEM: notas preliminares sobre mulheres policiais e sua práticas de consumo

1-Apresentação

“FEM”, uma regressão do adjetivo “feminino”, é uma especificação atribuída, inclusive em documentações, à mulher que integra a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Algumas rejeitam esse epíteto, outras o adotam e o inserem no linguajar cotidiano. Assim, seja em relação a essa designação, à farda e a outros símbolos e práticas que comunicam seu pertencimento à corporação, a mulher policial balanceia tais elementos com sua própria percepção de feminilidade.

Muito desse ideário está ligado ao uso e aquisição de produtos, como cosméticos, busca por serviços, como os chamados “de beleza” e atenção dada à forma física. A vaidade se mescla ao bem-estar, no entender de algumas policiais. Outras, no entanto, prescindem desse tipo de consumo e por isso são tidas como masculinizadas, por observadores que são seus colegas de trabalho, homens ou mulheres.

O ambiente de atuação profissional muitas vezes carrega nas tintas da divisão do trabalho. Para os homens, o militarismo prático e estratégico, para elas, funções operacionais menores que, inclusive, se ligam a determinadas práticas, como o “parecer bonita” e “se arrumar”, para secretariar autoridades ou, conforme alguns discursos, “conseguir destaque”, numa conexão com a “linguagem de sedução” citada por Bourdieu (2002)⁴.

O intuito deste trabalho foi investigar como são práticas e hábitos ligados ao “consumo da beleza” ou “da vaidade” das “FEM”. Ainda, pretendeu-se pesquisar como, em relação a determinadas aquisições e usos, essas mulheres se percebem, frente a um ambiente militarizado e hierarquizador, abordando, também, a ligação que essa atuação tem com seus cotidianos extrapolícia e nas relações com outras “colegas de farda”.

2-Construção do artigo

A investigação teve como intuito amalgamar perspectivas que contemplassem segurança pública, gênero e consumo, temas caros às autoras deste artigo em seus esforços de pesquisa. O estudo nasceu, inclusive, da observação que estas puderam

⁴ BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

fazer das diferenciações existentes na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em relação a homens e mulheres, muitas vezes ressignificadas pelos membros do sexo feminino da tropa por meio do consumo, da “ vaidade ” e da “ beleza ”. Vale sublinhar que nenhuma permissão oficial foi solicitada à corporação, por ser este trabalho uma iniciativa pessoal das autoras, e as conversas se deram em situações “ não oficiais ”, de informalidade.

Para este artigo foram entrevistadas, no total, 16 mulheres policiais, com diferentes anos de carreira na Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro (PMERJ), patentes e idades. Nas conversas surgiram temas como relação com o corpo, usos de produtos e serviços e construção de identidades.

As entrevistas foram realizadas em momentos de folga, em locais “ neutros ” em relação ao ambiente de trabalho (restaurantes, bares, etc). As perguntas obedeceram a um roteiro preestabelecido, porém sem muito rigor, somente com o intuito de garantir um fio condutor para as conversas. Sendo assim, estas resultaram em respostas “ abertas ”, histórias de vida e narrativas pessoais, em uma perspectiva francamente qualitativa.

Os encontros se deram durante um mês e meio, de acordo com a disponibilidade das policiais. Os nomes das participantes foram substituídos por outros fictícios, sem nenhuma relação com os originais. Suas patentes foram expressadas apenas pela divisão hierárquica dual comumente utilizada no falar policial: há praças⁵ e oficiais.

3-Perfil⁶

As idades das policiais variavam entre 23 e 36 anos, com predominância de indivíduos de mais de 25 anos e menos de 31 anos. 62,5% eram solteiras e 68,7% não tinham filhos. Em relação ao nível de escolaridade, 56,2% tinham terceiro grau completo ou estavam cursando a graduação, 31,2% possuíam ensino médio e 12,5%, pós-graduação. A respeito do tempo de corporação, a maioria, 56,2%, tinha de dois a três anos em atividade. Contudo, 25,0% tinham mais de dez anos nas funções. O

⁵ Conforme o Dicionário Houaiss (2001), o termo “ praça ” é usado para “ soldado de polícia ”; “ militar situado abaixo de segundo-tenente, na hierarquia ”; “ qualquer militar não graduado ou sem posto ”. Usado corriqueiramente no falar policial, algumas vezes ganha substantivação feminina, “ a praça ” (HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. [CD-ROM]. 2001)

⁶ Exibir tais porcentagens tem apenas o intuito de contribuir para uma compreensão geral acerca dos perfis das entrevistadas sem, contudo, se constituir uma amarra quantitativa.

número mínimo de anos como policial para esse grupo foi de um ano e, o máximo, 16 anos. 75,0% eram “praças”.

4-Gosto, consumo e feminilidade

Para compreender as atividades de consumo dessas policiais femininas, é possível lançar mão, inicialmente, da ideia de campo simbólico proposta por Bourdieu (2000)⁷. Sendo o campo onde se dão relações sociais e as interações entre os atores, constantemente reelaborado em sua dinâmica para fazer caber interesses dominantes, é factível associá-lo à corporação policial e seu cotidiano relacional.

O estar no campo considera o posicionamento dos outros participantes e os valores ali legitimados. Essa “entrada” pode ser moldada pelo poder simbólico que emana das forças dos atores envolvidos. Tal poder delinea visões, dá permissões e elege símbolos, por exemplo. Gostos e preferências, que muitas vezes são atribuídos a resultados de decisões exclusivamente individuais, podem ser afetados pelas escolhas da organização social em que se inserem determinados indivíduos.

Também percebe-se em Simmel (1998)⁸, em certa medida, alguma similitude. Conforme esse autor, os compartilhamentos das ditas individualidades, feitos por meio das relações, “agrupam” os sujeitos, criando oportunidades de trocas, aproximações e repelimentos, as quais podem desaguar em modos de viver, estilos e tendências.

Em relação ao consumo, propriamente, soma-se aqui a visão de Gomes e Barbosa (2004)⁹. Significando uma reprodução dos estilos de vida e uma maneira de realizar afirmações culturais, o consumo reflete aspectos intrínsecos a determinadas sociedades. É um lócus de experiências coletivas e singulares, capaz de gerar conhecimento sobre o indivíduo e o mundo que o cerca (GOMES; BARBOSA, 2004, p.11). Ainda, mais uma vez Bourdieu (2007)¹⁰ coopera para a esquematização desta análise, abordando as distinções e marcações privilegiadas feitas por meio do uso de bens simbólicos.

Os escritos de Bourdieu (2002) ainda contribuem para o entendimento do ambiente de atuação profissional da policial militar do sexo feminino, no qual a divisão

⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

⁸ SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília:Unb, 1998.

⁹ GOMES, Laura Graziela; Barbosa, Lívia. Apresentação ao Dossiê: Por uma antropologia do consumo. *Antropolítica*, Niterói, n. 17, p. 11-20, 2. sem. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_17.pdf>. Acesso em: 30/12/2013.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

do trabalho recorrentemente é evidenciada. Para os homens, o militarismo estratégico, para elas, funções operacionais menores, que se ligam a determinadas práticas, como o “parecer bonita” para secretariar autoridades ou, conforme alguns discursos, “conseguir destaque”, numa conexão com a “linguagem de sedução” abordada pelo autor.

Nas falas a seguir, percebe-se a intenção das interlocutoras de estarem no grupo e nele sobressaírem, a preocupação com a própria apresentação, ligada a essas questões e o consumo de um item, em especial, que denota a realidade do trabalho militar mas foi ressignificado por meio de uma distinção, além da segregação de gênero.

“A mulher tem muito problema com o militarismo, em trabalhar de uniforme; a mulher que é vaidosa tem muito esse problema. O que eu mais via [...] era gente reclamando [...] que a calça era esquisita! Então, quando você se molda dentro de uma coisa que não se via antes, tipo a farda, é uma coisa masculina... você vai colocar um sapato horrível! Que mulher quer colocar aquele coturno? Tem coturnos aí caríssimos que geralmente todas as FEM compram, não usam esse que a gente ganha lá, não. É uma maneira dela melhorar a autoestima dela dentro daquele molde que ela nunca se viu e que é novidade. Aí ela começa a adaptar uma coisa que deixa ela mais satisfeita com a imagem dela.” (Praça Liana)

“No trabalho, se eu for maltratada ou malvestida, percebo que fecham algumas portas pra mim. Por quê? Se eu for desleixada com a minha farda, eu percebo que as pessoas não vão me atender bem. Não posso dizer que já passei por tal situação porque não estava bem-vestida ou meu coturno não estava bem engraxado e aí me trataram mal, mas eu tenho na minha cabeça que se eu não tiver ‘a contento’, eu acho que a sociedade não vai me receber bem, porque a gente presta um serviço.” (Oficial Úrsula)

“[...] Eu acho isso uma injustiça! Tá certo que o homem é linha de frente no combate, entende? [...] Então eu fico muito triste de saber que eles [...] ainda têm a visão de que a mulher é sexo frágil e é só para administrativo, enquanto eu conheço mulheres que são muito melhores que alguns homens que tem aí, entendeu?” (Praça Pereira).

Deste modo, torna-se válido conectar os discursos apreendidos nessa iniciativa de pesquisa com as perspectivas aqui abordadas da aproximação dos gostos do “todo” com as escolhas que acabam por nele refletir comportamentos “particulares”, mas em conformidade com uma dinâmica heterogênea. O intuito é conseguir compor um panorama dos cotidianos das “FEM”, suas preferências e autoconstruções, cooperando preliminarmente para análises futuras no âmbito das ciências humanas.

5-Mulheres na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Soares e Musumeci (2005)¹¹ indicam o início da presença feminina nas polícias entre o final dos anos 1970 e início da década de 80, com o intuito de suprir lacunas que a “masculinidade” deixaria, como o “trato com crianças abandonadas ou com mulheres e adolescentes autores de infração” (SOARES; MUSUMECI, 2005, p.16). Assim, veem na inclusão da mulher uma possível estratégia inicial de humanização e de melhora na imagem social da corporação, desgastada pelo período ditatorial vivido pelo país.

Na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, entidade à qual pertencem as entrevistadas desta breve pesquisa, as mulheres foram recebidas na tropa pela primeira vez em 1983. Ainda de acordo com Soares e Musumeci (2005), havia uma intenção de assexuar as primeiras policiais femininas: cortes de cabelo eram exigidos e as joias, proibidas. Ao entrarem na escola de polícia, as mulheres não eram mais chamadas pelo nome civil, mas sim por um número ou “FEM”, termo sucedido pelo sobrenome¹² que é uma abreviatura de “feminino”.

“É de cunho pejorativo, porque não chamam os homens de MASC. É empregado de forma hierarquizada, porque os homens acham que só FEM faz merda.” (Praça Queli)

“Eu brinco, chamo todo mundo de FEM e sou chamada de FEM. Na época da escola, teve revolta sobre isso, porque você sentia quando o seu superior te chamava de FEM para te diminuir. Mas acho que também não tem como falar ‘Ô, soldado feminino!’ ou ‘Ô, soldado masculino!’. É só FEM. Já os homens eu chamo de ‘rapaz’, ‘brabo’. Tudo isso é mais da cabeça de quem tá escutando do que da boca de quem fala. (Praça Renata)

“Eu não posso chegar e chamar a minha subcomandante de FEM, mesmo porque eu tenho que tratar ela pelo posto dela, que é capitã.” (Praça Ana)

As FEM adentraram em um ambiente estruturado para receber homens, no qual até o fardamento se assemelhava para os dois sexos, o alojamento era comum e havia hierarquia militar e de gênero: após o primeiro curso de formação, a mulher passa a atuar em atividades específicas, fazendo da imagem feminina um cartão de boas-vindas

¹¹ SOARES; Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹² Na ficha cadastral da PMERJ há um campo para optar pelo sexo do servidor público: “MASC” ou “FEM”. A abreviação de “feminino” é utilizada no cotidiano da corporação para fazer alguma referência verbal, e assim, diferenciar o homem da mulher. Por exemplo: FEM Pereira, FEM Bezerra. Ao longo desta pesquisa percebeu-se que algumas das entrevistadas, que atualmente são chamadas pelo primeiro nome, percebem essa regressão como algo pejorativo.

social em aeroportos, rodoviárias, hospitais, para revistar mulheres, nos trabalhos administrativos e trânsito (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 17; p.34).

Exemplos desse passado foram percebidos nas falas de algumas entrevistadas: foi relatado que as mais “antigas”¹³ tinham que se enquadrar nos padrões masculinizados, tendo que cortar os cabelos, ter “unha curtinha” e permanecer sem maquiagem. “*Hoje, a polícia dá a oportunidade de a mulher ser mais mulher no seu ambiente de trabalho*” (Praça Liana).

“Eu entrei bastante jovem, com 17 anos para a academia, me formei com 20,21, e fui para o batalhão. Quando cheguei, era a única mulher, eu era a única FEM que tinha, não tinha oficial, nem praça. Eu lembro que eu tentei me inserir no contexto masculino, então eu evitava usar brinco, batom, tentava falar como eles.... Eu tive que quebrar todo aquele estigma que eles tinham, todo aquele preconceito que eles tinham com relação a mulher por causa de um problema particular. Eu achava que me comportando diferente ia conseguir uma vaga, um espaço naquele meio. Tudo bem, funcionou! Mas funcionou por causa da minha personalidade, do meu jeito de ser, mas eu achava que, quase que eu coçando um saco, o saco que eu não tinha, eu ia dar certo ali naquele meio. Eu fiquei ali coisa de... talvez uns dois anos, dois anos e meio, enfim, só faltava falar grosso e cuspir no chão, falava palavrão... fiquei assim durante um tempo e depois isso aí foi uma fase que passou...” (Oficial Úrsula)

“É regulamento a gente não usar unha pintada, é regulamento pintar o cabelo sem trocar a nossa identidade, tem muita coisa regulamentada que antigamente era mais cobrada, por isso [as primeiras policiais] vestiam uma carapuça masculina. Se você pegar as fotos de reportagem, não vê ninguém maquiada, ninguém de sapato, você não vê nem sorrindo, até sorrindo era difícil! Quando a gente faz o curso, eles passam isso pra gente, pra não andar maquiada, pra não sorrir. ‘Cara de tigre’ é a expressão que eles usam pra gente que [significa não ser/usar] [...] nada disso.[...] Eu acho que a diferença é total, elas [as pioneiras] não tinham liberdade de expressão feminina .” (Praça Liana)

O “endurecimento” na postura, entretanto, volta e meia reaparece nos discursos, demonstrando que não apenas as primeiras policiais vivenciaram essa experiência. Mills (1993)¹⁴, em sua abordagem sobre gênero e organizações, afirma que estas últimas são espaços onde emaranhados de redes relacionais se situam, com a questão “gênero” embutida profundamente. Loden; Rosener (1991) e Powell (1993), citados por Steil (1997)¹⁵, creem que o sexo de uma pessoa tem papel importante nas expectativas de papel nas relações interpessoais e de trabalho.

“Era mesmo um moleque, porque a academia é um ambiente masculinizado e a profissão exige que você assuma algumas posturas mais

¹³ “Antiga (o)” é a (o) policial que está há mais tempo na corporação. Seu antônimo é “moderna (o)”. Os termos são usados para fugir das categorias “mais novo” ou “mais velho”.

¹⁴ MILLS, Albert. Organizational discourse and the gendering of identity. In: HASSARD, John; PARKER, Martin. *Post-Modernism and organization*. London: Sage, 1993.

¹⁵ STEIL, Andréa. V. *Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro*. RAUSP, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997.

duras. E pra você chegar mais próximo ao ambiente que é majoritariamente masculino, eu dispus da minha vaidade, porque, por exemplo, a roupa que eu ia para o batalhão era uma calça de moletom e uma camiseta de homem, porque eu queria, naquele primeiro momento, tirar de mim aquela figura feminina, onde eu era primeiro oficial e depois mulher. Mas com o passar do tempo eu vi que isso é impossível, não tem como” (Oficial Camilla)

“A mulher acaba ficando com uma ‘rusticidade’, um pouco masculina na maneira como você lida com as pessoas no dia a dia. Eu mudei, assim, um pouquinho! Essa dureza que o homem militar tem, a gente pega um pouco disso.” (Praça Liana, acrescentando que percebeu essa “mudança” no trato com o marido)

“A aparência deve ser funcional, depende do lugar, porque se eu for trabalhar com um vestidinho eu passarei uma imagem diferente, e se eu for para uma festa com meu marido toda masculinizada, eu passarei outra imagem. Na escola eu aprendi que lá não se entra de short ou vestidinho, porque você pode estar precisando portar uma arma.” (Praça Renata)

É interessante notar que pelo menos em um comentário surgiu uma associação da profissão com a homossexualidade. Pelas características do militarismo, conforme analisou uma entrevistada, a “FEM” seria concebida por parte de sua rede de relações, ou até mesmo pelo senso comum, na sua visão, como lésbica.

“Eu acho que antigamente o preconceito era maior, e as pessoas achavam que só tinha mulheres que eram homossexuais na polícia. Você falava assim: ‘Ah, aquela policial...’, aí os outros falavam: ‘Aquela mulher sapatão?’ Ela poderia até não ser [...], mas era considerada homossexual por estar aqui, né? Hoje não, você vê que a feminilidade está em alta, que tem muita mulher na polícia e a gente não usa mais aquela farda toda larga. Tem algumas FEM aí que parece que a farda é feita no corpo, de tão apertada, mas é bonito, porque é bonito ver uma FEM bem fardada, quando você vê uma meio mulambo, já fala: ‘Po, acho que aquela ali é sapatão...’ [risos].” (Praça Pereira)

Dados de 1983 contabilizam as primeiras 14 mulheres cadetes da PMERJ, que se graduariam na então chamada Escola de Formação de Oficiais (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 29-30). Cerca de 25 anos mais tarde, Conceição e Souza (2013)¹⁶, em um estudo cujo foco é a saúde da policial do sexo feminino, afirmam que, no ano de 2009, “havia 1.326 mulheres policiais militares lotadas em unidades da capital, representando 68,7% de todo o efetivo feminino da corporação”, entre soldados e tenentes-coronéis (CONCEIÇÃO; SOUZA, 2013, p.5). Conforme o site oficial das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro¹⁷, iniciativa do estado do Rio de

¹⁶ CONCEIÇÃO, Ana Cristina; SOUZA, Edinilsa Ramos. Morbimortalidade de mulheres policiais militares. *Cadernos de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, ano 5, n.4, p.5, mar. 2013.

¹⁷ UPP. Site. Disponível em: <<http://www.upprj.com>>.

Janeiro que trabalha com os princípios de polícia de proximidade¹⁸, há 3.850 mulheres na corporação em 2014. Especialmente em UPPs, elas seriam 714 policiais. Nas contas informais das entrevistadas, o percentual de mulheres PMERJ representaria cerca de 10,0% de seu número de membros total, ou seja, incluindo-se os homens.

“[...] Eu sei a capacidade que a mulher tem dentro da polícia e eu acho que a gente tem o papel muito importante na pacificação, porque nós somos as primeiras a conquistar eles, porque um sorriso de uma mulher quebra qualquer homem, você vai dar um bom-dia pra ele, ele vai ficar até com vergonha se não te devolver esse bom-dia, então eu acho que a gente é muito importante no processo de pacificação.” (Praça Pereira)

“Hoje em dia, tem o espaço da policial feminina, principalmente em UPP¹⁹, por isso que eles estão recrutando muita policial feminina, porque é um sorriso e você está cativando, é um ambiente hostil e complicado pra gente trabalhar.” (Praça Liana)

6-Encaixando a farda nas vidas

A participação nos quadros da Polícia Militar trouxe mudanças nos cotidianos dessas mulheres. Em seus discursos surgem a estabilidade financeira, um novo modo pelo qual outras pessoas passaram a vê-las, o medo de morrer, comportamentos diferentes, tensão ao andar na rua e autonomia para comprar sem “depende de marido”.

Apenas uma entrevistada interpretou “mudança” como algo relacionado a aspectos de feminilidade:

“Nesse meio que é mais masculino, nessa roupa que é tão horrorosa, então, assim, depois que me tornei policial... eu não gostava de rosa, e hoje em dia tudo meu basicamente é rosa, então eu procuro sempre me maquiar mais, me enfeitar mais, até no trabalho. Antigamente eu ia trabalhar sem maquiagem e hoje em dia, nem que seja um rimelzinho eu passo, eu invisto muito mais nos cuidados com a beleza do que antigamente.” (Praça Viviane)

Uma possível leitura do “rosa” da Praça Viviane pode advir da perspectiva de presentificação proposta por Mizrahi²⁰ (2007): possuidor de agência e interferente no ambiente que o circunda. Exibir objetos rosa, em sua mesa e em seu vestir, não só comunica a

¹⁸ Parceria entre população e órgãos de segurança pública, com focos que pretendem ir além da repressão, aproximando-se de demandas cotidianas das comunidades.

¹⁹ Unidade de Polícia Pacificadora.

²⁰ MIZRAHI, Mylene. Indumentária funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo o local e o cosmopolita. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2014.

feminilidade no ambiente policial, mas também carrega um agir, um “desencaixe” proativo no esperado ou prescrito.

“Então estar aqui no mesmo ambiente deles, a gente fala igual a eles, a gente se torna igual, tanto que eu falo com os meninos de igual pra igual, e eles esquecem às vezes que tem FEM no meio. Eles: ‘Pô, Pereira, você tá aí?’. Eles acabam esquecendo, entendeu? Então eu acho que a gente tenta ser mais feminina por isso, por eles às vezes esquecerem que a gente tá aqui.” (Praça Pereira)

Algumas policiais entendem a preocupação com a aparência no ambiente de trabalho não só como uma questão pessoal, mas determinação oriunda de um primeiro contato, na sua preparação para ingressar no quadro da PMERJ. As exigências do edital não se limitam às questões intelectuais, ementando condicionamento físico, saúde e estética.

“Isso é desde lá também, quando você vai entrar na polícia, tem lá no edital deles que não pode ter acne, não pode faltar dente, então, já te leva a isso! Aí você fala assim: ‘Caramba, eu tenho que me cuidar!’, alguma coisa assim, entendeu?” (Praça Rita)

A maquiagem toma lugar central nos discursos. Todas as entrevistadas fazem referência ao seu uso (ou não) no cotidiano. A pintura, muitas vezes, é mencionada como uma alternativa ao regulamento policial limitador, outras, como parte da composição da apresentação do policial feminino.

“Então, para trabalhar, depende muito da ocasião, porque quando eu trabalhava na área da UPP comunicação, eu prezava mais pela boa aparência, ou seja, eu andava sempre maquiada e com um brinquinho, porque eu tinha contato direto com a mídia.” (Praça Renata)

“Eu não deixo de estar maquiada, até porque assim, eu fui ensinada que a gente tem um regulamento, e no regulamento diz que a gente não pode ter a unha colorida, não pode ter o cabelo muito diferente da cor do natural, não pode usar uma maquiagem extravagante, mas nada implica com você use o básico, que é a base, rímel, alguma coisa assim! Eu não deixo de usar é uma coisa minha mesmo, sempre foi assim, eu acho que é importante.” (Praça Rita)

“Acho importante estar apresentável, mas não me importo em estar super bem arrumada; acho importante eu estar dentro dos padrões que a polícia exige, eu prezo muito por isso. Se a polícia não permite que eu coloque uma sombra furta-cor, eu não vou colocar, se não permite que eu use um brinco de penduricalho, eu não vou colocar, se não permite um cordão, eu não vou usar. Procuro seguir o que a polícia determina.” (Praça Ana)

“[...]Eu passo por ali, tem muita gente, e eu acho que essas pessoas merecem ver o nosso melhor! Às vezes um sorriso bonito, você está maquiada, um batom é legal pra essas pessoas verem que a gente se importa com a nossa aparência.” (Praça Pereira)

“É pra se sentir mais feminina... É, surgiu depois que entrei pra polícia de vir maquiada, de estar sempre usando brinco [...]. Eu sempre faço questão de estar com as unhas longas e pintar com esmaltes coloridos, assim, para deixar mais feminino.” (Praça Viviane)

A fala da Oficial Amanda, na faixa dos 30 anos de idade, com cerca de 15 anos de carreira, exprime um pensamento que recorrentemente pôde ser percebido durante o desenvolvimento deste estudo, a evidenciação do corpo: *“A mulherada policial se preocupa demais com a estética do corpo. Todas já tiraram barriga e botaram peito. É muita concorrência”*, o que remeteria à ideia de ser comumente dado um relevo à aparência física, tornando-a um distintivo social, conforme muitas análises caras à antropologia, por exemplo.

Esse redesenho da estrutura física pode significar uma nova forma de usar, compreender e significar o próprio corpo (ALMEIDA, 2007, p.139)²¹. Isso aconteceria não apenas em uma perspectiva positiva, de suposto melhoramento, mas como uma resignação, no intuito de realizar uma adequação a uma nova realidade de trabalho.

“Mudei meu cabelo, porque para ele ficar no padrão e eu não levar punição, tive que abrir mão dos meus cachos, que estavam ficando estragados. Minha rotina era a seguinte: às quatro da manhã eu molhava o cabelo, puxava bem com a escova, passava gel para não ficar nenhum fiapo para fora, fazia um coque e colocava a redinha. Com isso, meu cabelo apodreceu....então decidi cortar e fazer progressiva.” (Praça Renata)

Uma admitida competitividade estaria ligada a tal percepção corporal, como enunciaram algumas “FEM”. *“O nosso meio, de mulher, é um pouco competitivo. Então, pra se sentir bem no grupo, a gente precisa se sentir bem fisicamente”*, disse a Oficial Camilla. Além das intervenções cirúrgicas e da utilização de produtos de beleza, foram feitas inúmeras referências aos exercícios físicos: *“As que entraram fora do peso, gordinhas, a maioria está esbelta”*, disse a praça Liana.

As diferenças entre os sexos foram incluídas nas motivações para a prática da atividade física, como entende a Praça Pereira:

“Quando você tá na rua, realmente a atividade física faz falta, porque o homem, ele vai andar, ele não vai te esperar, não. Ele tem aquela perna grande, [...] ele dá um passo você tem que dar três pra acompanhar. Pra patrulhar, então, quem tá na rua é necessário.”

²¹ ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. Nada além da epiderme: a performance romântica da tatuagem. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. (Org.) *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Se algumas não se encaixam nessa busca pelo padrão corporal desejável para a maioria, a justificativa pode estar nos trabalhos que lhes são comumente reservados, os administrativos.

Bem, aqui dentro da Polícia Militar é muito importante, porque como hoje vou tá no administrativo, amanhã você pode tá lá, na rua, então se você não tiver um bom preparo físico, você não vai aguentar. Eu, por exemplo, eu não bancaria, eu teria que voltar pra academia pra recuperar o mesmo condicionamento físico que eu tinha antes; faz diferença.” (Praça Beatriz)

“Eu acho que você trabalhar ostensivamente, fardada, em uma situação que muitas vezes você vai ter que correr, ter uma atitude mais enérgica, eu acho que a policial se torna mais vaidosa com relação à aparência dela, à saúde dela.” (Praça Liana)

7-Consumindo

Nas demonstrações de consumo e nos itens consumidos pelas policiais cabem tanto a perspectiva de Bourdieu (2007) da diferenciação como as escolhas individuais das mercadorias de complexo simbolismo defendidas por Miller (2004)²².

“Eu gasto muito com roupa, porque eu gosto e porque meu cargo [administrativo] exige.[...] Prefiro mil vezes trabalhar à paisana do que de farda. [...] Já minhas conhecidas oficiais gastam com procedimentos estéticos, como cirurgias em várias partes do corpo.” (Oficial Fabricia)

“No meu ambiente de trabalho não sou vaidosa, mas [...] quando vou sair, tem hora que quero ficar linda e maravilhosa pra mim. Então eu passo meus cremes, faço uma maquiagem e ponho um vestido para sair com meu marido.” (Praça Renata)

“[...]Mas acho que deve ser porque não tem tempo e dinheiro, já que somos soldados. Inclusive tem uma pessoa aqui na UPP que é assim, mas ela mora no interior do estado, então acho que deve ser por falta de tempo e porque prefere ajudar a família e não gastar com maquiagem e essas coisas...” (Praça Queli)

Em seu discurso, a Oficial Úrsula relacionou sua admissão na PMERJ com aumento de poder aquisitivo e de nível de exigência, ou de preferência por itens mais caros. Ela disse, inclusive, ter o hábito de fazer compras no exterior, pois o custo-benefício frente ao que é ofertado no mercado brasileiro seria mais vantajoso.

²² MILLER, Daniel. Pobreza da moralidade. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia. Apresentação ao Dossiê: Por uma antropologia do consumo. *Antropolítica*, Niterói, n. 17, 2. sem. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_17.pdf>. Acesso em: 30/12/2013.

“[...] Com o tempo vai só piorando, Nossa senhora! Você vai consumindo tudo mais caro, vai ficando mais exigente, você não quer mais aquela bolsa que você usava, você não usa mais uma bolsa de R\$ 20, você quer a de R\$ 200,00. É um vício! É horrível... Você passa [...] a conhecer coisas novas, você conhece lugares novos, viagens... aí você acha aquela coisa que você conhecia maravilhosa, aí você pensa, ‘Meu Deus! Eu não posso mais usar isso... isso não funciona mais’. Aí junta a idade, tudo que era bom pra você quando você era mais nova, você vê que hoje não tem mais a mesma eficácia. Tudo que parece que vai adquirindo uma qualidade inferior, mas não é isso, é que você vai conhecendo coisas melhores, você vai vendo que você vai ficando... e você vai vendo que coisa cara é muito bom, que faz diferença. Um produto caro você vai vendo que dá resultado, entendeu?. A gente percebe que vai ficando mais exigente. Aí eu falo pra você, não existe gente feia, existe gente... como é que o pessoal fala? Existe gente pobre... é verdade mesmo, [...] O Neymar aí, antes sem dinheiro, que coisinha! Tem que ver o cara hoje... Só o dinheiro mesmo.” (Oficial Úrsula)

Buscar na sua “função social” uma explicação para importar-se com a aparência, com as escolhas e posturas e com o que se adquire também se constituiu como uma espécie de estratégia de aceitação presente nesses discursos, afinal, consumo pode suscitar uma apreensão negativa ou moralista (MILLER, 2007, p.30-32).

“Eu vendo um produto, que é a segurança, e eu faço parte desse produto, e eu acho que se eu não estiver bem apresentada eu não vou vender um serviço de boa qualidade.” (Oficial Úrsula)

“Por exemplo, eu tenho uma amiga, que é policial, que foi na festinha do meu filho com uma saia-lápis, mostrando a polpa da bunda, um top lindo [risos] e um batom vermelho. Ela estava muito bem arrumada, mas para uma balada na madrugada. Por isso vejo que foi um desleixo dela, e a imagem que ela passou não foi a melhor.” (Praça Renata)

8 - Considerações finais

Neste trabalho procurou-se investigar práticas e hábitos ligados ao “consumo da beleza” ou “da vaidade” das “FEM”, as mulheres policiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro . Pretendeu-se pesquisar como, em relação a determinadas aquisições e usos, essas mulheres se percebem, frente a um ambiente militarizado e hierarquizador, abordando, também, a ligação que essa atuação tem com seus cotidianos extrapolicia e nas relações com outras “colegas de farda”.

Tais questões ficaram evidenciadas na explicação sobre a construção do artigo, que aqui foi seguida de um perfil das entrevistadas e de uma revisão bibliográfica modesta. Foi realizado um breve panorama a respeito da instituição, quando pôs-se em relevo a diferença, proposta pelas interlocutoras, entre as pioneiras da corporação e seus membros atuais, que seriam mais vaidosas e mais femininas. Isso porque haveria uma

maior possibilidade de sê-lo no meio atualmente. Uma postura “endurecida”, masculinizada, foi comentada, mas geralmente as entrevistadas a entendem como uma situação inicial, que a própria “FEM” vai alterando com o passar do tempo.

As policiais sugeriram mudanças em suas vidas com o ingresso na corporação. A reafirmação das concepções de feminilidade que estas possuem frente à imposição da farda perpassou uso de adornos, maquiagem e customização de itens do uniforme. A preocupação com as regras prescritas fica frente a frente com o desejo de “se enfeitar”, de contradizer a invisibilização que o cotidiano da função lhes impõe junto a policiais homens, como mencionado em alguns discursos.

Questões ligadas à corporalidade, à forma física e a um padrão estético almejado foram notadas, em compasso com alterações realizadas para uma melhor adequação à rotina de trabalho, como um corte dos cabelos. Competitividade e segregação de gênero nas tarefas afetas à vida militar ainda foram abordadas. Como últimas reflexões, um pouco do que se consome e a maneira como esse consumo é tratado foram explicitados nesta análise. Percebeu-se, portanto, nas falas, a intenção das interlocutoras de estarem no grupo e nele sobressaírem, além da preocupação com a própria apresentação, ligada a essas questões e preferências de consumo.

Desta forma, por meio das falas dessas policiais militares, o intuito deste artigo foi construir um panorama preliminar a respeito de suas práticas de consumo, além de levantar questões e compartilhar representações sobre beleza, vaidade e feminilidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. Nada além da epiderme: a performance romântica da tatuagem. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. (Org.) *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CONCEIÇÃO, Ana Cristina; SOUZA, Edinilsa Ramos. Morbimortalidade de mulheres policiais militares. *Cadernos de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, ano 5, n.4, p.5, mar. 2013.

GOMES, Laura Graziela; Barbosa, Livia. Apresentação ao Dossiê: Por uma antropologia do consumo. *Antropolítica*, Niterói, n. 17, p. 11-20, 2. sem. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_17.pdf>. Acesso em: 30/12/2013.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. [CD-ROM]. 2001

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Estilos de vida e individualidade. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 16, n. 33, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832010000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Ago. 2014.

MILLER, Daniel. Pobreza da moralidade. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia. Apresentação ao Dossiê: Por uma antropologia do consumo. *Antropolítica*, Niterói, n. 17, 2. sem. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_17.pdf>. Acesso em: 30/12/2013.

MILLS, Albert. Organizational discourse and the gendering of identity. In: HASSARD, John; PARKER, Martin. *Post-Modernism and organization*. London: Sage, 1993.

MIZRAHI, Mylene. Indumentária funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo o local e o cosmopolita. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2014.

SOARES; Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Unb, 1998.

STEIL, Andréa. V. *Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro*. RAUSP, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997.

UPP. *Site*. Disponível em: <<http://www.upprj.com>>.